

**A. I. N°** - 232948.0103/04-4  
**AUTUADO** - PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA  
**AUTUANTES** - JOÃO CARLOS TAVARES E SILVA, ANALCIR EUGENIO PARANHOS DA SILVA,  
MÁRIO CESAR DE FRANCA PINHEIRO e AVELINO PEREIRA DOS SANTOS  
FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCO  
**INTERNET** - 14/02/06

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO JJF N° 0030-03/06

**EMENTA:** ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE BENS DE ATIVO E CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. Infração reconhecida. 2. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. ENTREGA COM DADOS DIVERGENTES DOS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS FISCAIS. MULTA. Comprovado nos autos que o contribuinte não corrigiu os arquivos magnéticos apresentados com inconsistências, após recebimento de intimação específica. Diligência fiscal refez os cálculos e reduziu o valor do débito. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 30/09/2004, para exigir ICMS de R\$413,97 acrescido de multa de 60%, além da multa no valor de R\$40.460,57, relativo às seguintes infrações:

01. Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento - R\$413,79.

02. Forneceu informações através de arquivos magnéticos exigidos na legislação tributária, com omissão de operações ou prestações, ou com dados divergentes dos constantes dos documentos fiscais correspondentes. No item da descrição dos fatos foi indicado que o valor de R\$40.460,57 corresponde a 5% (cinco por cento) do valor das saídas do estabelecimento informado nos arquivos magnéticos com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais respectivos, não excedendo a 1% (um por cento) das saídas do estabelecimento em cada período constatado.

O autuado, na defesa apresentada (fl. 75 e 81), através de seu representante legalmente constituído (fl. 82), reconheceu o cometimento da primeira infração e juntou à fl. 83 o comprovante de pagamento da mesma.

Quanto à infração 02, fornecimento de informações através de meio magnético com dados diferente dos registrados nos livros próprios, diz que “o que houve foi uma provável divergência entre os valores informados pelos arquivos magnéticos e aqueles constantes do Livro de Apuração de ICMS”.

Afirma que os autuantes, na infração apontada, não indicaram quais os registros (50, 54, 60 e 61) que foram utilizados na elaboração do demonstrativo que integra o Auto de Infração. Esclarece que fez o cotejo dos números apresentados e constatou que em todos arquivos magnéticos, “a fiscalização computou, para as entradas, apenas o valor contábil dos registros, enquanto que, para as saídas, foi tomado como referência a base de cálculo das mercadorias, gerando inevitáveis distorções”.

Diz que estas mudanças de critérios não foram explicadas pela fiscalização, e que no demonstrativo elaborado pelos autuantes consta apenas a coluna “valores contábeis”, mas que efetivamente foram apurados os valores de “base de cálculo” das mercadorias que constavam nos arquivos magnéticos, o que no seu entendimento resultou em excesso na aplicação da multa.

Alega que as inconsistências contidas nos demonstrativos conduzem à nulidade da autuação, tendo em vista a insegurança dos dados e se não acatada deve ser declarada improcedente pelos seguintes motivos:

- a) os arquivos magnéticos foram apresentados em decorrência de intimação específica (art. 708-B do RICMS), não tendo havido recusa de transmitir as informações requisitadas;
- b) não houve qualquer intimação para regularizar as supostas diferenças apuradas, conforme disposto no mencionado dispositivo legal e item 26 do Manual de Orientação contido no Convênio ICMS 57/95;
- c) que os arquivos magnéticos relativos aos exercícios de 2002 e 2003, já foram transmitidos, com as devidas correções;
- d) que a multa aplicada é escorchant e cita o voto proferido pelo Conselheiro e Relator Nelson Teixeira Brandão no Acórdão nº 0628-11/03 (fl. 81), para reforçar o seu entendimento.

Conclui esta linha de raciocínio afirmando que a multa aplicada deve ser julgada improcedente, tendo em vista a inexistência de intimação para consertar os arquivos magnéticos e a conduta do autuado que demonstrou completo interesse em regularizar os mencionados arquivos.

Por fim, requer que a autuação seja julgada parcialmente procedente, com a homologação do pagamento da primeira infração e decretada a nulidade ou improcedência da segunda infração.

Os autuantes, na informação fiscal prestada à fl. 114, inicialmente discorrem sobre as infrações e os argumentos defensivos apresentados e afirmam que conforme documento acostado à fl. 08, o contribuinte foi intimado para apresentar os arquivos magnéticos em 08/06/04 e em 12/08/04 (fl. 10), foi intimado para regularizar as informações constantes dos arquivos magnéticos entregues à fiscalização, mas que não foram atendidos, motivo pelo qual requerem a procedência da autuação.

Em 07/03/05 esta JJF determinou a realização de diligência aos autuantes, para que refizessem os demonstrativos com a unificação de critérios, ou seja o valor contábil ou da base de cálculo do arquivo magnético com valor contábil ou base de cálculo indicada no livro RAICMS.

Em atendimento a diligência, os autuantes se manifestaram à fl. 125 e disseram que refizeram os demonstrativos (fls. 126 e 136), utilizando dados relativos aos documentos juntados pelo contribuinte, às fls. 84 a 86 e dos Registros do Validador Sintegra acostados por eles ao PAF.

A Inspetoria Fazendária deu ciência do resultado da diligência ao autuado, conforme intimação juntada à fl. 150, mediante entrega dos documentos juntados ao PAF e concedeu novo prazo para apresentação de defesa (trinta dias). Não tendo se manifestado no prazo concedido, o processo retornou ao CONSEF para julgamento.

Considerando que nos demonstrativos juntados ao PAF pelos autuantes (fls. 126 e 136), o valor da multa indicada não correspondia ao que é previsto na legislação, esta JJF decidiu converter novamente o PAF em diligência aos autuantes, para corrigirem os mencionados demonstrativos.

Os autuantes se manifestaram à fl. 162 e juntaram os demonstrativos corrigidos às fls. 163 e 164.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento do resultado da diligência fiscal, tendo inclusive fornecido cópia dos novos demonstrativos juntados ao processo e

concedeu prazo de dez dias para se manifestar. Não tendo se manifestado no prazo concedido, o processo retornou ao CONSEF para julgamento.

### VOTO

O impugnante suscitou a nulidade do lançamento fiscal sob a alegação de que nos demonstrativos originais que fundamentaram a infração 2, na constituição da base de cálculo foram apuradas diferenças entre os valores contábeis e o da base de cálculo contidos nos arquivos magnéticos e do Livro RAICMS. Esta JJF determinou a realização de diligências para corrigir as inconsistências existentes nos demonstrativos, tendo sido entregue ao autuado os novos demonstrativos refeitos pelos autuantes e reaberto o prazo de defesa. Pelo exposto, rejeito o pedido de nulidade e considero saneada as incosistências contidas nos demonstrativos originais, nos termos do art. 18 do RPAF/BA.

No mérito, o Auto de Infração exige ICMS relativo à falta de recolhimento da diferença de alíquota e aplica multa de caráter acessório pela entrega de arquivo magnético com dados divergentes dos constantes nos documentos fiscais.

O autuado, na defesa apresentada, reconheceu o cometimento da primeira infração e efetuou o seu pagamento. Portanto deve ser mantida a exigência fiscal, com a homologação dos valores já recolhidos.

Quanto à segunda infração, o autuado reconheceu que realmente entregou os arquivos magnéticos com valores divergentes dos constantes do livro de Apuração de ICMS, mas que não foi intimado de forma específica. Verifico que, conforme ressaltado pelos autuantes, a empresa foi intimada em 08/06/04 (fl. 08) para entregar os arquivos magnéticos. Em 12/08/04, a empresa foi reintimada para apresentar os arquivos magnéticos tendo sido indicado: “Apresentou os arquivos com divergências de informações em relação aos livros e documentos fiscais”, tendo o Auto de Infração sido lavrado em 30/09/04, enquanto que os comprovantes de entregas dos arquivos magnéticos corrigidos apresentados junto com a defesa às fls. 87 a 109, só foram transmitidos em 08/11/04. Logo, ao contrário do que afirmou o autuado, está devidamente comprovado nos autos que houve intimação específica para corrigir as inconsistências apresentadas nos arquivos magnéticos entregues à fiscalização e que transcorreram mais de quarenta dias entre a segunda intimação e a autuação. Também não pode ser acolhido o argumento defensivo de que os arquivos foram entregues à fiscalização corrigidos, tendo em vista que os comprovantes de entrega dos arquivos juntados aos autos no momento da defesa, foram feitos após a lavratura do Auto de Infração, o que caracteriza o cometimento da infração.

Quanto a alegação de que a multa aplicada é escorchantes, observo que a mesma é prevista no art. 42, XIII-A, “f” da Lei nº 7.014/96, portanto é legal a sua aplicação.

Por tudo que foi exposto, julgo parcialmente procedente a infração 2, e acato os valores apresentados pelos autuantes nos demonstrativos juntados às fls. 17, totalizando R\$12.062,85 relativo ao exercício de 2001; R\$3.613,52 relativo ao exercício de 2002 (fl. 163) e R\$17.677,55 relativo ao exercício de 2003 (fl. 164), perfazendo um total devido de R\$33.353, 92.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração n.º **232948.0103/04-4**, lavrado contra a **PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$413,97**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “f”

da Lei n.º 7.014/96 e dos acréscimos legais, além de multa de **R\$33.353,92** prevista no art. 42, XIII-A, “f” da citada Lei, com os acréscimos moratórios correspondentes, devendo ser homologado os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de fevereiro de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - JULGADORA